



A Santa Sé

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE
PAPA PAULO VI
PARA A CELEBRAÇÃO DO
IV DIA MUNDIAL DA PAZ

1 DE JANEIRO DE 1971

CADA HOMEM É MEU IRMÃO

HOMENS DE 1971 !

No quadrante da História do mundo o índice do tempo, do nosso tempo, assinala o início de um novo ano: este, que nós queremos inaugurar, assim como outros precedentes, com os nossos afectuosos augúrios, com a nossa mensagem de Paz: Paz a vós, Paz ao mundo.

Ouvi-Nos. Vale a pena. Sim, a nossa palavra é a habitual: paz. Mas é a palavra de que o mundo tem necessidade: uma necessidade urgente, que a torna nova.

Ao alvorecer deste novo ano, abramos os olhos e observemos duas ordens de factos gerais, que investem o mundo, os povos, as famílias e as pessoas individualmente. Parece-nos que este factos incidem profunda e directamente sobre os nossos destinos. Cada um de nós o pode prever.

Observai a primeira ordem dos factos. Verdadeiramente, não é uma ordem, mas uma desordem. Porque todos os factos, que reunimos nesta categoria, assinalam um regresso a pensamentos e

obras, que a experiência trágica da guerra parecia já ter, ou devesse ter anulado. Ao findar a guerra todos disseram: basta. Basta para quê? Basta para tudo o que havia gerado a carnificina humana e a incomensurável ruína. Logo após a guerra, no princípio desta geração, a humanidade teve um lampejo de consciência: não só é preciso arranjar as sepulturas, medicar as feridas, reparar os desastres, dar à terra uma face nova e melhor, mas também é necessário eliminar as causas da conflagração sofrida. As causas: esta foi a ideia genial; procurá-las e eliminá-las. O mundo respirou. Parecia, realmente, que estava para nascer uma época nova, a paz universal. (Cf. Virgílio, *Bucolicon* IV, 2: « magnus ab integro saeculorum nascitur ordo »). Todos se mostravam dispostos a mudanças radicais, com o objectivo de evitar novos conflitos. Das estruturas políticas, sociais e económicas chegou-se a vislumbrar um horizonte de magníficas inovações morais e sociais; falou-se de justiça, de direitos humanos, de promoção dos fracos, de convivência pacífica, de colaboração organizada e de união mundial. Foram dados grandes passos; os vencedores, por exemplo, prestaram socorro aos vencidos; foram fundadas grandes instituições; o mundo começou a organizar-se sobre os princípios de solidariedade e de bem-estar comum. O caminho para a paz, como condição normal e estatutária da vida do mundo, parecia definitivamente traçado.

Apesar disso, que vemos depois de vinte e cinco anos deste real e idílico progresso? Vemos, sobretudo, que as guerras, aqui e ali, ainda se encrudescem, parecendo chagas incuráveis, que ameaçam alargar-se e agravar-se. Vemos continuarem e, nalguns lados, aumentarem as discriminações sociais, raciais e religiosas. Vemos ressuscitar a mentalidade de outrora; o homem parece reafirmar-se, primeiro, em posições psicológicas e, depois, em posições políticas do passado. Reaparecem os demónios de ontem. Volta a supremacia dos interesses económicos com o fácil abuso da exploração dos fracos (« ... en acceptant la primauté de valeurs matérielles, nous rendons la guerre inévitable ... » Zundel, *Le poème de la sainte liturgie*, p. 76.); volta o hábito do ódio (« ... ci sono poche cose che corrompono tanto un popolo, quanto l'abitudine dell'odio » Manzoni, *Morale cattolica*, l. VII.) e da luta de classe e, assim, renasce uma guerra endémica internacional e civil, volta a luta pelo prestígio nacional e pelo poder político; volta a disputa das ambições contrastantes, dos particularismos fechados e indomáveis das raças e dos sistemas ideológicos; recorre-se à tortura e ao terrorismo; recorre-se ao delito e à violência, como um fogo ideal, sem fazer caso do incêndio que dele pode nascer; pensa-se na paz como se fosse um mero equilíbrio de forças poderosas e de pavorosos armamentos; sente-se o arrepio de medo que qualquer imprudência fatal faça explodir inconcebíveis e irreprimíveis conflagrações. Que acontece? Para onde se vai? Que falhou? Que faltou? devemo-nos resignar, pondo em dúvida que o homem é capaz de realizar uma paz justa e firme e renunciando a imprimir na educação das novas gerações a esperança e a mentalidade da paz? (*Sobre os males da guerra*, cf. S. Agostinho, *De Civitate Dei*, 1. XIX, c. 7: « ... chi li sopporta e li pensa senza angoscia dell'animo, assai più miseramente si crede soddisfatto, perché ha perduto anche il sentimento umano: *et humanum perdidit sensum* »).

Felizmente apresenta-se à nossa observação outro diagrama de ideias e factos; é o da paz

progressiva. Porque, apesar de tudo, a paz caminha. Verificam-se descontinuidades, incoerências e dificuldades; mas, mesmo assim, a paz caminha e apresenta-se ao mundo com um carácter de invencibilidade. Todos o sentem; a paz é necessária. Decididamente orientada para a unidade, constitui, de per si, o progresso moral da humanidade. A unidade e a paz, quando a liberdade as une, são irmãs. A paz tem a aprovação crescente da opinião pública, convencida da absurdidade da guerra como fim de si mesma, considerada o único meio fatal para extinguir as controvérsias entre os homens. Vale-se da rede cada vez mais densa das relações humanas: culturais, económicas, comerciais, desportivas e turísticas; é preciso viver juntos, e é bonito conhecer-se, estimar-se e ajudar-se. Está-se a formar, no mundo, uma solidariedade fundamental, que favorece a paz. As relações internacionais desenvolvem-se cada vez mais, constituindo a promessa, e também a garantia, de uma certa concórdia. As grandes instituições internacionais e supranacionais revelam-se providenciais, tanto na origem como no fim, que é a convivência pacífica da humanidade.

Perante este duplo quadro, onde se sobrepõem fenómenos contrários para a obtenção do objectivo, que ocupa o primeiro lugar no nosso coração, ou seja, a paz, parece-nos poder apresentar uma observação única, mas com duplo significado. Apresentamos duas perguntas, correlativas aos dois aspectos da ambígua cena do mundo presente:

- como, a paz, hoje, enfraquece?

- como, a paz, hoje progride?

Qual é o elemento que emerge, em sentido negativo, ou em sentido positivo, desta simples análise? O elemento é sempre o homem. No primeiro caso, o homem desvalorizado, no segundo, valorizado. Ousamos dizer uma palavra, que pode até parecer ambígua, mas que é considerada, na exigência da sua profundidade, uma palavra sempre bela e suprema: amor, o amor ao homem, o primeiro valor da ordem terrena. Amor e paz são entidades correlativas. A paz é um efeito do amor; a paz verdadeira, a paz humana (Cf. S. TH. II-IIae, 29, 3). A paz pressupõe uma certa « entidade de escolha ». Esta é a amizade. Se quisermos a paz, devemos reconhecer a necessidade de a fundamentar em bases mais sólidas, não na falta de relações (hoje as relações entre os homens são inevitáveis, aumentam e impõem-se), nem na existência de relações de interesse egoístico (são precárias e muito quiméricas), nem sequer no entrecabo das relações meramente culturais ou acidentais (podem ser uma espada de dois gumes, para a paz ou para a guerra). A verdadeira paz deve ser fundamentada sobre a justiça, sobre o sentido da intangível dignidade humana, sobre o reconhecimento de uma inalienável e feliz igualdade entre os homens, sobre o dogma fundamental da fraternidade humana, isto é, do respeito, do amor devido a cada homem, porque é homem. Emerge com ímpeto a palavra vitoriosa: porque é irmão. Meu irmão, nosso irmão.

Esta consciência da fraternidade humana universal, felizmente, também progride no nosso

mundo, pelo menos em linha de princípio. Quem trabalha para levar as novas gerações a convencerem-se que todos os homens são nossos irmãos, constrói o edifício da paz desde os alicerces. Quem introduz, na opinião pública, o sentimento de fraternidade humana sem barreiras, prepara dias melhores para o mundo. Quem concede a tutela dos interesses políticos sem o impulso do ódio e da luta entre os homens, como necessidade dialéctica e orgânica da vida social, proporciona à convivência humana o progresso sempre activo do bem comum. Quem ajuda a descobrir, em cada homem, além dos caracteres somáticos, étnicos e raciais, a existência de um ser igual ao próprio, transforma a terra, de um epicentro de divisões, de antagonismos, de insídias e de vinganças, num campo de trabalho orgânico de colaboração civil. Porque onde a fraternidade entre os homens é desconhecida na raiz, a paz também é destruída nas suas raízes. No entanto, a paz é o espelho da verdadeira humanidade autêntica, moderna, vitoriosa sobre qualquer autolesionismo anacrónico. A paz é a grande ideia que celebra o amor entre os homens, que se descobrem irmãos e se decidem a viver como tais.

Esta é a nossa mensagem para 1971. Repete, como uma voz nova que sai da consciência civil, a declaração dos Direitos do Homem: « Todos os homens nascem livres e iguais na dignidade e nos direitos; são dotados de razão e de consciência e devem comportar-se, uns para com os outros, como irmãos ». A doutrina da civilização chegou até aqui. Não voltemos para trás. Não percamos os tesouros desta conquista evidente. Demos, sim, aplicação lógica e corajosa a esta fórmula, tendo em vista o progresso humano: « todos os homens são meus irmãos ». Esta é a paz, no seu ser e no seu devir. E, isto, é válido para todos!

É válido, irmãos de fé em Cristo, especialmente para nós. À sabedoria humana, que, com imenso esforço, chegou a uma conclusão tão elevada e difícil, nós, crentes, podemos acrescentar um conforto indispensável. Principalmente o conforto da certeza (porque, dúvidas de qualquer género a podem insidiar, tornar débil e anular). A nossa certeza, na palavra divina de Cristo Mestre, que a eternizou no seu Evangelho: « vós sois todos irmãos » (*Mt 23, 8*). Também podemos oferecer o conforto da possibilidade de aplicação (porque, na realidade prática, como é difícil sermos verdadeiramente irmãos para com todos os homens!); podemos-lo fazer recorrendo, como regra prática e normal de acção, a outro ensinamento fundamental de Cristo: « o que quiserdes que vos façam os homens, fazei-o também a eles, porque esta é a Lei e os Profetas » (*Mt 7, 12*). Os Filósofos e os Santos, quanto meditaram sobre esta máxima, que insere a universalidade da norma de fraternidade na acção particular e concreta da moralidade social! E, também, estamos em condições de apresentar o argumento supremo: o da Paternidade divina, comum a todos os homens, proclamada a todos os crentes. Uma verdadeira fraternidade entre os homens, para ser autêntica e obrigante, supõe e exige uma Paternidade transcendente e repleta de amor metafísico, de caridade sobrenatural. Podemos ensinar a fraternidade humana, isto é, a paz, ensinando a reconhecer, a amar e a invocar o Pai Nosso, que está nos céus. Sabemos que, se primeiro, não removermos, nós próprios, os obstáculos à reconciliação com o homem irmão, encontraremos a entrada do altar de Deus fechada (Cf. *Mt 5; 23 ss.; 6, 14-15*). E sabemos que, se formos promotores da paz, então, poderemos ser chamados filhos de Deus e estar entre

aqueles que o Evangelho chama Bem-aventurados (Cf. *Mt* 5, 9).

Que força, que fecundidade e confiança a religião cristã confere à equação fraternidade e paz. E que alegria para nós, encontrarmos, na coincidência dos termos deste binómio, o cruzamento dos caminhos da nossa fé com os das esperanças humanas e civis.

14 de Novembro de 1970.

PAULUS PP. VI

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana